

# CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

## ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP/CODEFAT

**DATA:** 27 de maio de 2004.

**LOCAL:** Sala de reuniões da SE/MTE, 4º Andar, sala 433, Bloco F da Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Coordenador do GAP/CODEFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Wilson Vaz de Araújo, Representante Titular do MAPA; Vanessa Meirelles Barreto Chervenski, Representante Suplente do MPS; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Representante Titular da Força Sindical; Pedro César Aguilar Perez, Representante Titular da SDS; Marco Antônio Reis Guarita, Representante Titular da CNI; Dagmar Maria de Sant'Anna, Representante Titular da CNC; Octávio de Lazari Júnior, Representante Titular da CNF; Daniel Campos, Representante Suplente do Banco do Brasil; Mário Ricardo Ferreira Mattoso Maia, Representante Titular da Caixa Econômica Federal.

1 **ABERTURA:** Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e quatro, no Edifício Sede do  
2 Ministério do Trabalho e Emprego, teve início a Octogésima Reunião do Grupo de Apoio  
3 Permanente ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GAP/CODEFAT, sob  
4 a coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, senhor Carlos Augusto Simões Gonçalves  
5 Júnior. O Coordenador saudou os presentes, e deu início às discussões do primeiro item da Pauta.  
6 **ITEM 1 – Aprovação da Ata da 79ª Reunião Ordinária do GAP/CODEFAT, realizada em 1º**  
7 **de abril de 2004.** O Coordenador colocou a Ata em votação, indagando se algum membro do  
8 Grupo gostaria de se manifestar em relação ao assunto. O Representante Titular da CGT, Sr.  
9 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, sugeriu que se fizesse a supressão de sua fala quando da  
10 discussão do item 3 da reunião anterior, com vistas a manter equilíbrio na participação dos  
11 membros do GAP, solicitando que se reduzisse o trecho a apenas duas ou três linhas relacionadas à  
12 análise dos projetos discutidos durante aquela reunião. O Coordenador acatou a solicitação do  
13 Representante da CGT, observando que seriam mantidos os aspectos vinculados ao conteúdo da  
14 apresentação e das argumentações em nova redação que iria preservar os fatos tratados durante a  
15 reunião que não poderiam ser omitidos da Ata. O Coordenador colocou ainda, que o texto de  
16 correção do referido item deveria ser submetido ao Representante da CGT para ser validado e aos  
17 demais membros do Grupo que o desejassem. Em seguida, o Coordenador questionou se havia mais  
18 alguma manifestação em relação à Ata da 79ª Reunião do GAP/CODEFAT, em não havendo, a Ata

19 foi considerada aprovada com as ressalvas apresentadas. **ITEM 2 – Consolidação do diagnóstico**  
20 **de reestruturação dos programas do FAT.** O Coordenador solicitou que o Coordenador-Geral de  
21 Emprego, Sr. Franco de Matos, fizesse uma apresentação dos principais itens que deveriam ser  
22 aprofundados, ressaltando o procedimento adotado de constituição do Grupo de Trabalho no qual o  
23 GAP apreciaria os resultados preliminares com o intuito de orientar uma redação final de  
24 diagnóstico. O Coordenador-Geral de Emprego colocou que a apresentação visava relacionar os  
25 principais pontos que foram discutidos nas últimas quatro reuniões do grupo de trabalho, onde  
26 foram debatidas ações e iniciativas para reestruturação dos programas do FAT. Observou que a  
27 motivação do trabalho de reestruturação dos programas foi uma avaliação voltada para a  
28 organização da aplicação dos recursos do FAT, com vistas a focar os programas do Fundo em  
29 prioridades fundamentais eleitas por governo, quais sejam: comércio exterior, envolvendo esforço  
30 incorporador das micros e pequenas empresas; financiamento da infra-estrutura; questão do  
31 microcrédito individual e coletivo e também arranjos produtivos locais. Continuou, destacando os  
32 principais pontos do roteiro trabalhado no diagnóstico preliminar, elencando o seguinte: 1) o  
33 desenho dos programas e linhas, de uma maneira mais geral; 2) o desempenho das instituições  
34 financeiras a partir daquele desenho; 3) a questão da complementaridade dos fundos; 4) o impacto  
35 na geração de emprego e, por último, 4) os sistemas de controle, monitoramento e avaliação. O  
36 Coordenador-Geral de Emprego colocou que em relação à focalização dos beneficiários voltada às  
37 prioridades do Governo Federal, o diagnóstico sugerido foi o de criação de um quadro comparativo  
38 aprofundado que pudesse comparar linhas, programas e beneficiários, visando à reorganização das  
39 mesmas e a correção, principalmente, da sobreposição. Citou como exemplo, a sobreposição entre o  
40 PRONAF e o PROGER Rural e a sobreposição ou ausência de complementaridade na utilização de  
41 *funding* entre FAT e Fundos Constitucionais. Sugeriu como aprofundamento de diagnóstico, uma  
42 análise comparativa das fronteiras dos programas e linhas do FAT vis-à-vis outros programas de  
43 crédito do governo com *funding* público, visando um maior conhecimento com relação a esses  
44 outros fundos públicos do governo federal para que se pudesse fazer uma análise mais acurada das  
45 fronteiras entre o FAT e outras fontes. Sobre o desempenho das instituições financeiras, com  
46 relação às micro e pequenas empresas e aos empreendimentos informais, observou a necessidade de  
47 melhor estudar aquele ponto, para que houvesse a identificação de como se deu o acúmulo de  
48 aprendizagem, salientado na maioria dos relatos das instituições financeiras, para que pudesse servir  
49 como base de possibilidades de replicação de boas práticas de aprendizagem. O Coordenador-Geral  
50 de Emprego destacou, ainda, que foi observado que os bancos acabavam tendo tendência para  
51 algumas linhas e programas em detrimento de outras, existindo um tempo de adaptação dos mesmos  
52 para aquelas linhas e, também, que o desenvolvimento de novas práticas, processos e metodologias

53 de crédito era desigual. Sobre esse último ponto, o Coordenador-Geral colocou a necessidade de se  
54 fazer uma análise comparativa a partir de parâmetros comuns de desempenho, entre instituições que  
55 operavam a mesma linha ou programa amparados em informações qualitativas que relacionassem  
56 desempenho com vocação e práticas adotadas. Ainda sobre o desempenho das instituições  
57 financeiras, em relação aos beneficiários, o Coordenador-Geral destacou que foi identificado como  
58 diagnóstico a falta de informações que fossem comparáveis entre as instituições financeiras que  
59 permitissem uma análise mais aprofundada sobre o perfil do tomador de crédito. Colocou que o  
60 diagnóstico encontrado em relação a este assunto foi a necessidade de se fazer um aprofundamento  
61 sobre as variáveis que atualmente as instituições financeiras tinham disponíveis para se fazer  
62 análises sobre o perfil do tomador. Continuando, observou que um outro item identificado foi  
63 quanto às ações ou recursos adicionais ao crédito, salientando experiências como a Sala do  
64 Empreendedor ou a criação do FUNPROGER, que foram inspiradas nas experiências de algumas  
65 instituições financeiras. Sugeriu, como diagnóstico, um aprofundamento da análise daquele tipo de  
66 ação ou recurso adicional ao crédito. Em seguida, o Coordenador-Geral de Emprego, destacou a  
67 questão da complementaridade dos fundos, onde se verificava que a TJLP tornava o custo do  
68 *funding* do FAT restritivo em alguns segmentos e a ausência de prática das instituições financeiras  
69 de trabalhar *mix* com mais de um *funding* público, sugerindo como aprofundamento um estudo mais  
70 detalhado das instituições que trabalhavam com *mix* de *funding* público e, também, um diagnóstico  
71 comparativo sobre como funcionavam os demais fundos constitucionais *vis-à-vis* o FAT. Com  
72 relação ao impacto na geração de emprego, tomando como exemplo a metodologia do BNDES,  
73 observou que a mesma encontrava dificuldade de ser operacionalizada para programas como o  
74 PROGER, devido à especificidade das linhas. Colocou que as metodologias atualmente utilizadas,  
75 calcadas na informação prestada pelo empresário, eram bastante limitadas e sugeriu como  
76 aprofundamento a realização de um levantamento em cada uma das linhas dos programas do FAT,  
77 observando quais seriam as especificidades que facilitariam ou dificultariam a utilização de uma  
78 metodologia de medição e aferição de impacto única e, se realmente haveria indicativo de evolução  
79 para uma metodologia única para todos os agentes financeiros que operavam com recursos do FAT.  
80 Finalizando, o Coordenador-Geral colocou que com relação a sistemas de controle, monitoramento  
81 e avaliação, o fluxo de envio de informações entre as instituições financeiras e o MTE poderia ser  
82 aperfeiçoado e, ainda, que algumas informações sobre o tomador mereciam ser apuradas, visando  
83 melhoria da análise sobre o perfil de quem era beneficiado por recursos do FAT, assim como  
84 poderia ser racionalizado o envio de informações financeiras. Como aprofundamento dessa questão,  
85 sugeriu um exame sobre as informações geradas pelo sistema dos bancos que poderiam ser  
86 agregados ao SAEP - Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER e ao SIGAE -

87 Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego, pensando ainda em diagnóstico antes de  
88 proposições futuras. Em seguida, o Coordenador do GAP abriu a palavra ao Grupo. O  
89 Representante Titular da CNI, Sr. Marco Antônio Reis Guarita, cumprimentou a equipe do MTE  
90 pela síntese apresentada e colocou que sobre os sistemas de controle e monitoramento havia a  
91 necessidade de se definir melhor os objetivos a serem alcançados, salientando a importância de se  
92 construir uma base de dados que, somada aos instrumentos de controle das agências financeiras,  
93 garantisse a veracidade e a adequação das operações, de forma a se ter segurança de que as  
94 operações contratadas com recursos do FAT eram operações legítimas. O Representante da CNI  
95 solicitou esclarecimento sobre a afirmação de que a metodologia do BNDES encontrava dificuldade  
96 de ser operacionalizada para programas como o PROGER, devido à especificidade das linhas.  
97 Quanto ao desempenho das instituições financeiras, ressaltou a importância de se estudar a gênese  
98 do aperfeiçoamento, com vistas a identificar as melhores práticas e generalizá-las, na medida em  
99 que isso fosse possível. Observou, ainda, a necessidade de se ter clareza em que medida a revisão  
100 seria aprofundada, ressaltando que aquele era um parâmetro que não estava definido, existindo a  
101 dúvida de que o parâmetro seria apenas de reformulação e aperfeiçoamento ou se poderiam ser  
102 sugeridas algumas discontinuidades. O Representante Suplente da SDS, Sr. Pedro Cezar Aguilar  
103 Perez, questionou sobre a definição dos públicos prioritários dos programas do FAT, ressaltando  
104 não existirem públicos não prioritários. Colocou, ainda, sua preocupação em relação ao  
105 envolvimento dos bancos que operavam com os recursos do FAT em ações de cunho social,  
106 destacando a necessidade de se criar mecanismos de avaliação, com vistas a garantir que a decisão  
107 de aplicação e a definição de programas prestigiassem os bancos que efetivamente atuavam na área  
108 social. O Representante da SDS observou, também, a necessidade de criação de mecanismos que  
109 visassem assegurar que pequenos empreendedores tivessem acesso a crédito de financiamento de  
110 capital de giro, uma vez que tal crédito atualmente era financiado pelo sistema comercial normal,  
111 ressaltando que a maior demanda por recursos na área de pequenos empreendedores estava  
112 exatamente no capital de giro. O Representante da CGT destacou que o aprofundamento dos  
113 diagnósticos apresentados dava um maior respaldo ao Conselho para observar o desempenho das  
114 instituições financeiras. Referindo-se ao desempenho das instituições financeiras, colocou que a  
115 observação da necessidade de aprofundamento das variáveis que as instituições financeiras  
116 disponibilizavam para se proceder a análises de perfil do tomador do crédito, era também observada  
117 como uma falta de informações das mesmas instituições financeiras no sistema de controle,  
118 destacando ser essencial se ter um perfil mais acurado do grupo beneficiário das ações do  
119 CODEFAT em termos de geração de emprego, mais especificamente, no financiamento, ressaltando  
120 que as atuais informações existentes não eram suficientes. Finalizando, ponderou que o CODEFAT

121 deveria elaborar um decálogo, especificando os pontos que os agentes financeiros deveriam  
122 responder ou atuar como resposta a ser dada à política de emprego no caso dos financiamentos. O  
123 Representante da CNI corroborou com o exposto pelo Representante da CGT, no que se referia à  
124 necessidade de obtenção de informações sobre o perfil do tomador dos créditos do FAT, salientando  
125 que a prioridade era se estabelecer que tais informações fossem verídicas e não fictícias. Colocou,  
126 ainda, a necessidade de se considerar a grandeza dos recursos do FAT em comparação ao volume  
127 de operações e agentes envolvidos nos procedimentos no Fundo. Continuou destacando a  
128 importância de se ter sistemas que garantissem segurança não apenas para a instituição, mas  
129 também garantisse que a instituição estivesse gerando uma operação de crédito correta mesmo nos  
130 mais distantes pontos do Brasil. Em seguida, o Representante da CGT esclareceu que sua sugestão  
131 quanto à necessidade de se ter um perfil dos beneficiários do FAT objetivava o estabelecimento de  
132 um parâmetro com os objetivos dos programas do FAT. O Representante da CNI reforçou a  
133 necessidade de que houvesse no Conselho uma instrumentação de informação que garantisse a  
134 veracidade da informação. O Representante da CGT ratificou sua posição acerca da importância de  
135 se obter maiores informações sobre o perfil dos tomadores de crédito dos recursos provenientes do  
136 FAT, ressaltando ser essencial que as instituições financeiras ampliassem a sua carteira de recursos,  
137 uma vez que na maioria dos casos os recursos do FAT constituíam a única fonte de suas ações. O  
138 Representante da CGT colocou, também, a necessidade de se apresentar uma metodologia que fosse  
139 compatível com o que era relevante para o CODEFAT, para o país e para os tomadores dos recursos  
140 do FAT. Continuando observou que, em relação ao que as instituições financeiras praticavam com  
141 os recursos do FAT, as informações obtidas quanto ao processo de aprendizagem das instituições  
142 deveriam ser de conhecimento público, com vistas a favorecer a política de emprego e geração de  
143 renda. Salientou, ainda, a importância de se pensar em ações para tornar a taxa da TJLP mais  
144 atrativa para os tomadores, uma vez que existia um consenso de que a operacionalização dos  
145 programas do FAT financiada pela TJLP os tornava restritivos. Concluiu, observando o bom  
146 desempenho do Grupo de Trabalho, restando saber como trabalhar com os parceiros para se obter as  
147 respostas de como participar para construir a unidade de ação que responderá às insatisfações  
148 verificadas. Em seguida, o Coordenador passou a palavra ao Representante do Banco do Brasil, Sr.  
149 Daniel Campos. Esse esclareceu que as informações que o Banco do Brasil disponibilizava sobre o  
150 perfil do tomador de crédito eram constantemente auditadas pela Secretaria Federal de Controle,  
151 Banco Central e auditorias independentes, concordando quanto à necessidade das informações  
152 estarem mais disponíveis. O Representante da CNI considerou extremamente oportuna a  
153 informação do Representante do Banco do Brasil, no entanto, ressaltou a necessidade de que o  
154 CODEFAT definisse se o conjunto de controles existentes era o modelo adequado para o Conselho.

155 Sobre o capital de giro, o Representante do Banco do Brasil, colocou que o CODEFAT aprovou  
156 para o Banco do Brasil no ano de 2002, uma linha que tinha recursos indexados, onde R\$ 2.7  
157 bilhões, entre aportes de recursos próprios e retornos, foram aplicados pelo banco, ressaltando,  
158 também, que em um ano e quatro meses 950 mil operações haviam sido realizadas. Sobre a difusão  
159 do conhecimento, destacou existirem experiências passíveis de serem divididas e outras não,  
160 citando como exemplo o FUNPROGER, utilizado pelo Banco do Brasil com vistas a diminuir os  
161 riscos, mas que não foi uma operação utilizada por todos os bancos. Em seguida, o Representante  
162 da SDS observou a importância de se considerar a definição de quem era o tomador para cada  
163 programa, ressaltando que o Conselho não deveria se ater às regras do Banco Central, quanto a  
164 riscos e às taxas de juros, salientando que o Conselho deveria definir linhas diferentes, uma vez que  
165 os recursos do FAT eram geridos pelo CODEFAT. O Representante da SDS solicitou  
166 esclarecimentos sobre a informação de que o BNDES tinha intenção de transformar os 40% do  
167 Fundo Constitucional em capital próprio. O Representante titular do BNDES, Sr. Guilherme Arruda  
168 Accioly, esclareceu que tal informação não se confirmava, uma vez que aquele saldo era quase  
169 capital do banco e que a legislação em vigor não previa o repagamento, ficando o saldo de 40% do  
170 Fundo Constitucional passivo do BNDES junto ao FAT, acrescentando que o principal item do  
171 ativo do FAT era o dinheiro que estava no BNDES. O Representante da SDS observou que a  
172 vantagem seria a possibilidade do BNDES trabalhar, enquanto capital do próprio Banco, com taxa  
173 de juros diversificada, diferente quando o recurso era do FAT, porque estava agregado à TJLP e  
174 outras condições. O Representante do BNDES esclareceu que o Banco já tinha algumas linhas  
175 abaixo da TJLP para segmentos específicos e colocou também, que o BNDES vinha tentando baixar  
176 a TJLP de forma pública. Em seguida, o Coordenador passou a palavra ao Representante da Caixa  
177 Econômica Federal, Sr. Mário Ricardo Matoso Maia, que corroborou com o já exposto acerca da  
178 necessidade do estabelecimento de definição do perfil dos tomadores dos créditos do FAT,  
179 ressaltando que os bancos deveriam se esforçar em tratar tais informações com a maior qualidade  
180 possível, visando obter o resultado que o CODEFAT esperava. O Representante da CGT esclareceu  
181 que, quanto ao perfil do tomador de crédito, teria que ser levado em consideração que o mesmo  
182 dependerá do enquadramento ao programa. O Representante Suplente da Força Sindical, Sr. Luiz  
183 Fernando de Souza Emediato, observou que, à parte das discussões sobre a redução nas taxas de  
184 juros, o Conselho deveria ter uma maneira de acompanhar como as instituições estavam sendo  
185 remuneradas pelo tomador, destacando que em alguns bancos privados as taxas de juros para  
186 financiamento eram em muitos casos inferiores às cobradas pelos recursos do FAT. Observou a  
187 necessidade de se estabelecer um controle maior das ações dos bancos quando da liberação dos  
188 recursos do FAT aos tomadores finais, com vistas a impedir que os mesmos, em detrimento de suas

189 funções, exigissem qualquer contrapartida por parte do tomador para finalizar o contrato. Destacou,  
190 ainda, a necessidade do estabelecimento de um sistema de aferição da geração de emprego e renda e  
191 sugeriu que se contratasse uma instituição para desenvolver um sistema que viabilizasse aquelas  
192 informações. O Representante do BNDES esclareceu que existia um acordo de cooperação técnica  
193 entre o BNDES e o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do qual estava contratada a  
194 UFRJ, que já estava trabalhando no aperfeiçoamento do modelo de sistema de aferição. O  
195 Representante da Força Sindical questionou sobre o prazo em que o modelo estaria pronto para uso.  
196 O Representante do BNDES informou que devido à complexidade do modelo, ainda demoraria um  
197 pouco para que estivesse funcionando, esclarecendo que o acordo de cooperação técnica era  
198 recente. O Coordenador do GAP complementou, informando que o contrato havia sido firmado em  
199 março. Acrescentou que a expectativa era de que os resultados do grupo de trabalho, que foi  
200 constituído especificamente para discutir aquele assunto fosse parte da base de discussão para a  
201 redefinição do sistema junto com o BNDES, amparado no termo de cooperação do MTE com o  
202 Banco. O Representante Titular da CNF, Sr. Octávio de Lazari Júnior, colocou a necessidade de se  
203 ter uniformidade nas informações prestadas quanto à geração de emprego e renda, ressaltando que  
204 as informações apresentadas pelos bancos não satisfaziam ao Conselho, uma vez que  
205 impossibilitavam a comparação das ações realizadas entre instituições financeiras. O Coordenador  
206 esclareceu que havia sido identificada a ausência de uniformidade de informações, sendo que a  
207 equipe do Ministério do Trabalho e Emprego estava preparando a redação de um texto que refletisse  
208 na discussão preliminar da apresentação e, ainda, que já estava sendo preparada uma solicitação de  
209 informações adicionais a todos os agentes financeiros. O Representante da CNF ressaltou o esforço  
210 do BNDES em reduzir a TJLP e destacou a dificuldade que os bancos tinham em gerenciar as ações  
211 de suas agências na hora de repassar os recursos. O Representante da CGT observou a importância  
212 em se definir mecanismos de controle das ações nas gerências de ponta, com vistas a garantir que os  
213 recursos fossem repassados a todos irrestritamente, visando alcançar todos os estados, sobretudo  
214 nas mais longínquas localidades no Brasil. O Representante da CNF concordou com o  
215 Representante da CGT quanto à necessidade de se recomendar e cobrar o andamento e a colocação  
216 dos recursos do FAT na ponta pelos agentes repassadores. O Representante da CGT destacou,  
217 ainda, que algumas ações de incentivo aos gerentes de bancos foram feitas com vistas a aumentar o  
218 número de operações de crédito no âmbito dos programas do FAT e que tal ação foi bem sucedida.  
219 Em seguida, o Representante Titular do MAPA, Sr. Wilson Vaz de Araújo, reportou-se a proposta  
220 feita na reunião anterior de elevar o PROGER Rural Familiar para R\$ 80 mil, lembrando que a  
221 decisão foi fechada no limite de R\$ 60 mil e que não seria incluído no PROGER Rural Familiar,  
222 mas sim, no Grupo E do PRONAF. Continuou colocando que o MAPA havia enviado uma proposta

223 para o Ministério da Fazenda solicitando a equalização de R\$ 700 milhões de recursos do FAT para  
224 o PROGER Rural ainda sem resposta por parte do Tesouro sobre a demanda feita. Colocou, ainda,  
225 que o MAPA vinha tentando estender os recursos do FAT para os bancos cooperativos e  
226 acrescentou que tal medida só seria possível se a fonte solicitada fosse equalizada. A respeito de  
227 custos financeiros, observou que além da preocupação com a questão do aumento de agentes  
228 aplicadores dos recursos, teria que se ter também uma preocupação com o custo final ao tomador. O  
229 Coordenador considerou que as discussões em torno da TJLP e das taxas de juros ao tomador final,  
230 bem como as observações feitas ao longo de toda a discussão acerca do tema, foram tomadas como  
231 aspectos importantes para serem incorporados ao diagnóstico de reestruturação dos Programas do  
232 FAT. Observou que, tanto o Representante da CNI quanto o Representante da CGT, fizeram uma  
233 sugestão de melhor precisar os objetivos a ser perseguidos nos Grupos de Trabalho, bem como de  
234 modelos de estimativas de geração de emprego e de aferição de resultados, considerando que  
235 aquelas questões teriam que compor parte dos objetivos do grupo de trabalho que iria discutir a  
236 sistemática de geração de emprego, devendo haver um outro grupo de trabalho para tratar dos  
237 sistemas de informação. O Coordenador colocou também que, com relação perfil do tomador final,  
238 havia concordância quanto ao estudo da complementaridade dos dois sistemas de informação do  
239 MTE e qual deles teria que se responsabilizar por refletir a aspiração do GAP, com relação à  
240 veracidade das informações de todas as operações de crédito e de todos os programas que contavam  
241 com o *funding* do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Coordenador destacou, ainda, a importância  
242 de se fazer constar algumas informações que pudessem melhor caracterizar o perfil do tomador final  
243 do crédito, observando que tais informações visavam refletir a proposição feita no Grupo, de  
244 adequação das operações de crédito às resoluções ou plano de trabalho, bem como se o que estava  
245 previsto em plano de trabalho refletia determinadas definições de públicos alvo prioritários. O  
246 Coordenador do GAP informou que a questão da definição do perfil de renda vinha sendo objeto de  
247 questionamento dos órgãos de controle e que esses cobravam as providências que o Ministério do  
248 Trabalho e Emprego e o CODEFAT tomaram para assegurar o tratamento preferencial de  
249 determinados grupos definidos, ainda que de modo genérico, em resoluções. Complementou,  
250 observando que defendia a idéia de aprimorar as informações que pudessem caracterizar o perfil do  
251 tomador final, porém destacou que boa parte das informações constava dos sistemas de informação  
252 que hoje os bancos enviavam para o MTE, através do sistema constituído. Em seguida, o  
253 Coordenador referiu-se ao *funding* do FAT, questionando se poderia ser tomado como referência  
254 para discussão no Grupo de Reestruturação dos Programas do FAT, qual o lugar do *funding* do FAT  
255 na política operacional dos bancos, com vistas a informar se havia alguma sistemática de  
256 remuneração ou de prêmios de produtividade para se trabalhar com os programas do FAT e ainda,



257 se tais políticas eram iguais ou similares às demais fontes de recursos ou se havia especificidade.  
258 Complementou, destacando a importância daquela discussão, por refletir no desempenho  
259 operacional, em algumas circunstâncias relativamente desiguais em várias regiões do país.  
260 Esclareceu, ainda, que não seria reabrir a discussão do diagnóstico, mas, sobretudo de fazer uma  
261 menção específica ainda no Grupo de Trabalho. O Coordenador colocou, também, que estavam  
262 sendo tomadas as providências para compor um relatório mais consolidado, acrescentando que seria  
263 encaminhado um ofício da Secretaria Executiva do CODEFAT aos bancos, solicitando informações  
264 complementares, o mais breve possível, com vistas a oferecer um diagnóstico preliminar de  
265 desempenho de todos os programas e linhas do FAT. No que se referia à política de fidelidade em  
266 relação ao FAT, o Coordenador sugeriu que o tema fizesse parte da agenda de discussão do Grupo  
267 de Trabalho de Reestruturação dos Programas do FAT. Ressaltou que alguns mecanismos, em razão  
268 da utilização da fidelidade, vinham proporcionando a simplificação e rapidez de análise de crédito  
269 e, sobretudo, dos mecanismos de aprovação automática de crédito com recursos do FAT. O  
270 Coordenador colocou que faltou uma constatação mais clara no diagnóstico sobre a  
271 complementaridade da diversificação de fontes distintas de financiamento como composição ou *mix*  
272 da carteira dos bancos públicos oficiais, destacando que a opinião da equipe do Departamento de  
273 Emprego e Salário era de que tinha ocorrido uma diversificação expressiva de fontes de  
274 financiamentos e que esse fato poderia se apresentar como uma tendência de estreitamento do foco  
275 de atuação do FAT. Sugeriu que tais pontos fossem abordados como temas de uma agenda a ser  
276 discutida no CODEFAT, com vistas a conciliar a organização de prioridades com o custo de  
277 financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Coordenador questionou se os membros do  
278 GAP sugeririam algum outro aspecto que poderia ser acrescentado ao diagnóstico. O Representante  
279 da CNI referindo-se a contradição e a pressão dos órgãos de controle, em função da adoção de  
280 determinados princípios não acompanhados de instrumentos de informação e de controle, observou  
281 que não se poderia perder de vista a necessidade de manter o foco devido em relação a  
282 determinadas linhas e que era necessário fazer uma revisão de prioridades, considerando que havia  
283 concorrência de fontes e isso poderia fazer com que o CODEFAT tivesse que buscar os seus nichos.  
284 Observou, ainda, a dificuldade em se manter um controle das ações de ponta dos bancos,  
285 destacando a necessidade de focar as ações do CODEFAT em prioridades reais. O Representante da  
286 CNF observou a necessidade de decidir sobre a continuidade da utilização da TJLP como indexador  
287 das operações do FAT ou partir para uma outra remuneração do capital. Sobre o perfil do tomador  
288 final, observou que deveriam ser identificadas 5 ou 7 variáveis, de modo a não engessar o processo.  
289 Continuou, acrescentando que, com relação à linha de crédito, concordava que os bancos, como  
290 repassadores, deveriam fazer uma apresentação para o CODEFAT expondo o funcionamento das

291 linhas: como é feito o empréstimo, a quanto, para quem, como, qual é a renda, quais as condições  
292 que a pessoa física precisa ter para tomar aquele empréstimo e qual a recomendação do BIRD, da  
293 Diretoria Executiva do banco, para que as linhas fossem concedidas, de forma a manter uma relação  
294 transparente entre o CODEFAT e os parceiros. O Coordenador questionou se os membros do GAP  
295 teriam mais alguma colocação a fazer quanto à proposta apresentada. Em não havendo, o  
296 Coordenador prosseguiu fazendo os encaminhamentos finais, colocando em apreciação os seguintes  
297 destaques: 1) realização de uma próxima reunião do Grupo de Trabalho para organização de uma  
298 agenda de exposição dos bancos sobre o papel do *fundings* do FAT na política operacional de cada  
299 um dos bancos e a política de fidelização em relação aos Programas do FAT (quais os programas  
300 que contavam com aquele tipo de intervenção e em que condições, levando em consideração os  
301 progressos que se alcançaram, de forma a discutir os aspectos positivos ou não daquela ação); e, 2)  
302 consolidação de uma versão preliminar do diagnóstico, que seria enviado, para apreciação, aos  
303 membros do GAP. Em não havendo nenhuma manifestação em contrário, o Coordenador  
304 considerou aprovados os encaminhamentos apresentados. Sobre a data da próxima reunião do GAP,  
305 o Coordenador informou que ficaria como referência a data da próxima reunião do CODEFAT,  
306 marcada para o dia 8 de junho de 2004, o Representante da Força Sindical aventou a possibilidade  
307 de transferência da mesma, uma vez que por força de outro compromisso previamente agendado,  
308 não poderia participar da reunião do dia 8 de junho. O Coordenador esclareceu que consultaria o  
309 Presidente do Conselho sobre a possibilidade de mudança na data e comunicaria posteriormente aos  
310 demais membros do Conselho. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, a  
311 reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-  
312 Executivo do CODEFAT e Coordenador do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata que, depois de  
313 aprovada será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR  
Coordenador do GAP e Secretário-Executivo do CODEFAT

\_\_\_\_\_

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY  
Representante Titular do BNDES

\_\_\_\_\_

WILSON VAZ DE ARAÚJO  
Representante Titular do MAPA

\_\_\_\_\_

VANESSA MEIRELLES BARRETO CHERVENSKI  
Representante Suplente do MPS

\_\_\_\_\_

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Representante Titular da CGT

\_\_\_\_\_

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ  
Representante Titular da SDS

---

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO  
Representante Titular da Força Sindical

---

MARCO ANTÔNIO REIS GUARITA  
Representante Titular da CNI

---

DAGMAR MARIA DE SANT' ANNA  
Representante Titular da CNC

---

OCTÁVIO DE LAZARI JÚNIOR  
Representante Titular da CNF

---